

Relatório da Administração - Exercício de 2024

Senhores Diretores e Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul ("Companhia"), relativas ao fim do ano de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias e com o relatório dos auditores independentes.
Em 27.01.2023 a CNP Assurances concluiu a aquisição da participação da Caixa Seguradora na CNP Participações em Seguros Ltda. "Nova Holding SUSEP", elevando de forma indireta sua participação para 100% na Companhia de Seguros Previdência do Sul, uma vez que a Nova Holding SUSEP detém 100% da Companhia. Esta transação foi parte de um acordo global, celebrado entre os acionistas em 13.09.2022 por meio da assinatura de contrato de compra e venda de participações societárias entre as partes e está alinhada às orientações estratégicas da CNP Assurances no desenvolvimento estratégico da atividade de seguros no Brasil.
Neste cenário, a Administração conduziu um projeto de autonomia operacional e tecnológica dos serviços que até então eram executados de forma compartilhada à nível de holding com as demais empresas, e cuja conclusão deu-se em janeiro de 2024. Além disso, a Administração seguiu ao longo de 2024, investindo no fortalecimento de seus processos transformando a Companhia com o objetivo de fortalecer a estratégia de desenvolvimento no mercado brasileiro.

A Companhia registrou receita com prêmios emitidos de R\$ 276,2 milhões, representando um crescimento de 5% em relação ao exercício anterior.

No âmbito comercial, a Companhia tem atuado diversificando seus canais de distribuição e portfólio de produtos com presença importante no canal corretores, oferta de produtos de crédito para administradoras de consórcio além do início da comercialização de produtos de micro seguros na rede de atendimento dos Correios. Adicionalmente, a companhia fechou em 2024, novos acordos de distribuição com Banco Bari e Banco SENF para distribuição de produtos prestamista e residencial, respectivamente, mais um passo no projeto de expansão das operações da CNP Assurances.

A Companhia apurou um prejuízo líquido de R\$ 54,2 milhões, impactados pelas despesas e investimentos decorrentes do projeto de autonomia e desenvolvimento das atividades no Brasil.

Não obstante ao resultado apurado, a Companhia segue investindo e atuando para reposicionar a empresa e avançar as vendas para geração de resultados para os próximos exercícios.

Todos os projetos estruturados e executados pela Companhia de Seguros Previdência do Sul seguem os princípios de responsabilidade social e ambiental e gestão sustentável dos negócios.

Honorários de Auditoria externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.
Considerações Finais e Agradecimentos
A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir com eles uma relação ética e duradoura.
Por fim, reconhece os colaboradores que trabalharam com dedicação exclusiva para a finalização desse importante negócio para a reestruturação societária do Grupo no Brasil. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.
São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.
A Administração

Balanço Patrimonial (em milhares de reais)

		Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE			265.338	179.284				
Disponível			6.073	4.401				
Caixa e bancos			6.073	4.401				
Aplicações	6		102.933	99.290				
Créditos das operações com seguros e resseguros			48.065	26.697				
Prêmios a receber		7	23.300	13.456				
Operações com resseguradoras		17.3	24.765	13.241				
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	17.3		18.430	2.459				
Títulos e créditos a receber			82.125	37.726				
Títulos e créditos a receber		8.1	74.061	36.382				
Créditos tributários e previdenciários		8.2	5.791	804				
Outros créditos			2.273	540				
Despesas antecipadas			6.653	6.699				
Custos de aquisição diferidos	17.1		1.059	2.012				
Seguros			1.059	2.012				
ATIVO NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			427.170	435.614				
Aplicações	6		180.610	207.783				
Créditos das operações com seguros e resseguros			666	25				
Prêmios a receber		7	666	25				
Títulos e créditos a receber			35.297	25.982				
Títulos e créditos a receber		8.1	33.028	23.222				
Créditos tributários e previdenciários		8.2	973	460				
Depósitos judiciais e fiscais		16	1.290	2.300				
Outros créditos operacionais			6	-				
Outros valores e bens	9.1		7.838	5.856				
Despesas antecipadas			505	514				
Custos de aquisição diferidos	17.1		241	442				
Seguros			241	442				
Investimentos			596	596				
Participações societárias			596	596				
Imobilizado	10		9.926	5.101				
Bens móveis			9.099	3.900				
Outras imobilizações			827	1.201				
Intangível	11		191.492	189.315				
Outros intangíveis			191.492	189.315				
TOTAL DO ATIVO			692.509	614.898				
					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE		356.742	341.673
					Contas a pagar		130.465	158.584
					Obrigações a pagar	12.1	51.103	132.323
					Impostos e encargos sociais a recolher		7.092	3.305
					Encargos trabalhistas		9.222	3.993
					Impostos e contribuições		65	122
					Outras contas a pagar	12.2	62.983	18.851
					Débitos de operações com seguros e resseguros		31.718	12.908
					Prêmios a restituir		4.383	2.867
					Operações com resseguradoras		755	755
					Operações com resseguradoras	17.3	16.259	3.640
					Corretores de seguros e resseguros	18	7.890	4.953
					Outros débitos operacionais		2.431	693
					Depósitos de terceiros	13	16.865	9.530
					Provisões técnicas - seguros	17	174.594	158.609
					Danos		129.097	111.029
					Pessoas		43.459	44.652
					Vida individual		2.038	2.928
					Outros débitos		3.100	2.042
					Débitos diversos	19	3.100	2.042
					PASSIVO NÃO CIRCULANTE		39.612	37.638
					Contas a pagar		-	609
					Tributos diferidos		-	609
					Débitos das operações com seguros e resseguros		-	12
					Corretores de seguros e resseguros		-	12
					Provisões técnicas - seguros	17	19.658	13.830
					Danos		1.264	674
					Pessoas		18.249	13.065
					Vida individual		145	91
					Outros débitos		19.954	23.187
					Provisões judiciais	16.1	14.140	19.184
					Débitos diversos	19	5.814	4.003
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO		296.155	235.587
					Capital social	20.1	456.659	336.659
					Ajuste de avaliação patrimonial		(4.389)	898
					Prejuízos acumulados		(156.115)	(101.970)
					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		692.509	614.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido (em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	92.659	(8.690)	(12.607)	71.362
Aumento de capital - Conforme AGE de 27/06/2023	244.000	-	-	244.000
Títulos e valores mobiliários	-	9.588	-	9.588
Prejuízo do exercício	-	-	(89.363)	(89.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	336.659	898	(101.970)	235.587
Aumento de capital - Conforme AGE de 29/01/2024	120.000	-	-	120.000
Títulos e valores mobiliários	-	(5.287)	-	(5.287)
Prejuízo do exercício	-	-	(54.145)	(54.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	456.659	(4.389)	(156.115)	296.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros Previdência do Sul ("Companhia"), com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105 - 7º andar - Conj. 72 - Bloco 4, São Paulo - SP - CEP 04571-900, iniciou suas atividades em 1º de agosto de 1906. Tem como controladora direta no Brasil a CNP Participações em Seguros Ltda. e atua em operações de seguros nos ramos de pessoas, patrimonial e riscos financeiros (vida em grupo, acidentes pessoais, prestamista, residencial, empresarial e crédito interno).

1.1. Estrutura societária do Grupo CNP

A estrutura atual do Grupo CNP após a cisão ocorrida em 2022 é apresentada no organograma a seguir:

```
graph TD
    CNPA[CNP Assurances S.A.  
05.714.603/0001-79] -- 100% --> SogestopK[Sogestop K  
37.171.370/0001-00]
    CNPA -- 100% --> CNPLatam[CNP Assurances Latam Holding Ltda.  
05.088.193/0001-06]
    CNPA -- 100% --> CNPPart[CNP Assurances Participações Ltda.  
24.241.977/0001-89]
    CNPLatam -- 24% --> CNPPartSeg[CNP Participações em Seguros Ltda.  
20.430.460/0001-67]
    CNPPartSeg -- 0,47% --> CNPPartSeg
    CNPPartSeg -- 75,53% --> CNPPartSeg
    CNPPartSeg -- 100% --> CNPCap[CNP Capitalização S.A.  
01.599.236/0001-71]
    CNPPartSeg -- 100% --> CNPPrevisul[Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul  
92.751.213/0001-73]
    CNPPartSeg -- 19,93% --> Odo[nódulo: Odo - 40.223.893/0001-59]
    CNPPartSeg -- 0,39% --> Odo
    CNPPartSeg -- 79,67% --> CNPCon[CNP Consórcio S.A. - Administradora de Consórcios  
05.349.595/0001-09]
    CNPCon -- 50,75% --> CNPCon
    CNPCon -- 1% --> CNPCon
    CNPCon -- 48,25% --> CNPCon
```

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. A Administração revisou e atualizou as informações divulgadas nesta nota, conforme aplicável, para garantir a adequação às normas vigentes.

2.1. Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Comitê Executivo em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Mudança nas políticas contábeis

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou a Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, dentre as alterações trazidas na norma temos a aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mudança no reconhecimento da redução do valor recuperável (RVR) de prêmios e ativos de resseguro e teste de adequação de passivos (TAP). Estas alterações passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.

Com base nas avaliações realizadas sobre os pontos acima mencionados, a adoção do normativo em questão não gerou impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

2.5. Instrumentos financeiros

O CPC 48, alinhado ao IFRS 9, estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e divulgação de instrumentos financeiros. Sua adoção impacta diretamente os processos de classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, considerando as novas regras de provisionamento para perdas esperadas.

2.5.1. Classificação e reconhecimento

A classificação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 é baseada no modelo de negócios da empresa e nas características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro, no qual o ativo financeiro é gerado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia realiza o teste nos ativos para garantir que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (SPPI - Solely Payment of Principal and Interest - SPPI) e desenvolveu seus modelos de negócios para o gerenciamento de seus instrumentos financeiros, o qual direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.

A Companhia revisou a classificação dos seus ativos financeiros de acordo com o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa. As categorias de mensuração são:

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros negociados na época até seu vencimento. O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando: a finalidade é receber os fluxos de caixa contratuais e não o vender; e obrigatoriamente respeitar o teste de SPPI - Solely Payment of Principal and Interest. Atualmente a companhia não possui nenhum ativo nesse modelo de negócios.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando: a finalidade é receber os fluxos de caixa contratuais e com a possibilidade de negociá-lo; e obrigatoriamente respeitar o teste de SPPI. No valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando:

I) a finalidade negociá-lo; e

II) o seu fluxo de caixa contratual não se enquadra no teste de SPPI.

2.5.2. Impairment de instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.

- **Estágio 1:** Instrumentos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A perda esperada é calculada com base em eventos possíveis nos próximos 12 meses.
- **Estágio 2:** Instrumentos financeiros com aumento significativo no risco de crédito, mas sem evidência objetiva de perda. A perda esperada é calculada com base em eventos ao longo da vida útil do ativo.
- **Estágio 3:** Instrumentos financeiros com evidência objetiva de *impairment*. A perda esperada é reconhecida ao longo da vida útil do ativo.

A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.

A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado são considerados títulos livres de risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

2.5.3. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com o critério e informações a seguir:

- **Títulos públicos:** com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA;
- **Fundos de Investimentos:** registrados com base nos valores das quotas divulgados pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. São mensurados ao VJR e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2.6. Impairment

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios utilizados pela Companhia para identificar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

2.6.1. Operações de seguros e resseguros

A partir de janeiro de 2024, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR) sobre operações de seguros diretos, por meio de um estudo próprio de inadimplência, com base no histórico de recebimento dos prêmios, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

A parcela negocial, trata-se de análise qualitativa realizada pela Companhia com o objetivo de antecipar eventuais inadimplências de determinado grupo de clientes. Além disso, para todos os prêmios que estiverem em atraso a um período maior de 60 dias, o valor do prêmio pendente é considerado em sua totalidade para RVR, seja risco decorrido ou a decorrer.

A redução ao valor recuperável para ativos de resseguro é constituída conforme regras estabelecidas pela Companhia com critérios qualitativos e quantitativos. Os critérios quantitativos são: análise histórica do perfil de recebimento das recuperações por parte do ressegurador, analisando o não recebimento por inadimplência e o risco de crédito mediante análise da probabilidade de *default*. A parcela qualitativa é avaliada mediante análise interna em casos em que existe a possibilidade de não recebimento de parte dos valores que estão na conta de crédito com resseguro.

Atualmente, a Companhia opera apenas com resseguradoras com *rating* de crédito superior a "A", de acordo com a AM Best, com baixa probabilidade de *default*. Além disso, não temos registros históricos de não recebimento dos valores solicitados por inadimplência.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a provisão de redução ao valor recuperável, em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.6.2. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos periodicamente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado e reconhecido contabilmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Uma perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

Demonstração do Resultado (em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

		Nota	31/12/2024	31/12/2023
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Prêmios emitidos			276.129	263.866
Variações das provisões técnicas de prêmios			1.554	762
Prêmios ganhos	14		277.683	264.628
Sinistros ocorridos		24.a	(149.757)	(113.381)
Custos de aquisição		24.b	(67.138)	(63.467)
Outras receitas e despesas operacionais		24.c	(78.664)	(74.636)
Resultado com resseguro			8.069	(3.726)
Receita com resseguro			19.660	1.101
Despesa com resseguro			(11.591)	(4.827)
Despesas administrativas		24.d	(66.398)	(96.906)
Despesas com tributos		24.e	(3.568)	(3.421)
Resultado financeiro		24.f	29.586	14.013
Resultado operacional			46	(13)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		24.h	(50.141)	(76.909)
Resultado antes dos impostos e participações			(395)	28
Participações sobre o lucro			(50.536)	(76.881)
Prejuízo do exercício		22	(3.809)	(12.482)
Quantidade de ações			(54.145)	(89.363)
Prejuízo por ação em R\$		20.1	8.324.160.004	6.136.752.769
			(6,50)	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente (em milhares de reais)

		31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício		(54.145)	(89.363)
Outros resultados abrangentes		(5.287)	9.588
<			

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

Os parâmetros máximos dos carregamentos de despesas comerciais, administrativas e margem de lucro estão dispostos abaixo, segmentados por ramo:

Ramo	Produto	Taxas de Carregamento
14	SEGURO RESIDENCIAL	Comercialização: até 70,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
18	SEGURO EMPRESARIAL	Margem de Lucro: 5,00%
		Comercialização: até 50,00%
48	QUEBRA DE GARANTIA	Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
77	PRESTAMISTA	Comercialização: até 80,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
82	ACIDENTES PESSOAIS COLETIVOS	Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
90	EVENTOS ALEATÓRIOS	Comercialização: até 50,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
93	VIDA EM GRUPO	Margem de Lucro: 5,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%

2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

2.10.1. Passivos de contratos de seguros

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (ou, *Liability Adequacy Test - LAT*); ii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; e iii) identificação de derivativos embutidos.

2.10.2. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos pelos gastos que possuem uma relação direta e incremental com à emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuem essa relação direta e incremental são registrados como despesas, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo período de contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco e seu prazo médio de diferimento no exercício foi de 28 meses (31 de dezembro de 2023 - 41 meses).

2.10.3. Teste de adequação do passivo - TAP

Conforme requerido pelo CPC 11, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para efeitos de apuração de resultado, a Companhia opta por realizar a compensação dos resultados segregados pelo método de apuração determinado na legislação entre os grupos, respeitando as limitações obrigatórias sem possibilidade de compensação previstas no art. 43, inciso 3 da circular nº 648 e alterações. Além disso, o impacto da variação de eventual insuficiência observada por alteração da estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) será contabilizada em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas para cada variável envolvida. Conforme abaixo:

a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices IPCA e ANBIMA Pré-fixada, conforme divulgado pela SUSEP;

b) Sinistralidade: foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado de cada grupo que compõe o estudo, sendo 29,9% para o grupo de Pessoas, 45,3% para o grupo Patrimonial e 49,1% para o grupo de Crédito;

c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada produto que compõe os grupos testados;

d) Despesas: as estimativas das despesas foram segregadas em despesas administrativas, despesas com tributos e despesas operacionais, considerando a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido;

e) Resseguro: foram apuradas proporções, com base no histórico observado de cada grupo que compõe o estudo, sendo segregado entre despesas (prêmio de resseguro) e receita (recuperação). Para a premiação de despesa (prêmios de resseguro), encontramos 1,07% para o grupo de Pessoas, 37,66% para o grupo Patrimonial e 6,80% para o grupo de Crédito. Já para a receita (recuperação), apenas verificamos 11,00% o grupo de Crédito.

Como conclusão dos testes realizados, foram encontradas insuficiências para os grupos de Pessoas em cerca de R\$ 1,4 milhões de reais e Patrimonial em cerca de R\$ 9,3 milhões de reais, mas compensadas no resultado consolidado. Dessa forma não havendo a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) conforme os critérios de compensação adotados pela Companhia. Os resultados para a data-base de 31 de dezembro de 2024 estão dispostos nas tabelas abaixo:

Grupo de Produtos	Prêmio registrado		Prêmio futuro	
	PPNG	Valor Presente dos fluxos	Grupo de Produtos	Valor Presente dos fluxos
Pessoas	3.888	3.567	Pessoas	(1.449)
Patrimonial	1.684	348	Patrimonial	(9.273)
Crédito	-	-	Crédito	52.062
TOTAL	5.571	3.915	TOTAL	41.340

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões conforme CPC 25 para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal".

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação vigente.

2.12. Apuração do resultado

Os prêmios de seguros, incluindo cosseguro aceito e cedido, bem como os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), variações de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) que são reconhecidos no resultado da Companhia, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR), perdas de crédito esperado reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, quando aplicável.

2.14. Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente de contratos com prazo superior a 12 meses. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos.

O valor presente dos pagamentos de arrendamento é calculado com base nos termos do contrato de arrendamento, levando em consideração o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, as taxas de juros implícitas e outros fatores relevantes.

2.15. Normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas e não adotadas pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17) estabelece diretrizes para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro que se enquadram em seu escopo. O propósito do CPC 50 é garantir que as entidades forneçam informações relevantes e fidedignas sobre esses contratos, oferecendo uma base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o impacto dos contratos de seguro na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da empresa. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais que se iniciarem em ou após 1º de janeiro de 2023.

2.16. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto quando descrito em nota explicativa própria sobre o ativo ou passivo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia está liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, atuários e especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, civis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e civis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Companhia para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados.

3.4. Estimativas de recuperação de créditos tributários

Após estudos promovidos pela Administração em 31 de dezembro de 2022, a Companhia optou pela baixa dos ativos diferidos até então constituídos, incluindo todos os valores registrados de crédito tributários sobre adições temporárias e prejuízos fiscais, permanecendo com esses valores controlados em registros auxiliares fiscais, para aproveitamento fiscal, seguindo a regra emitida pela Receita Federal do Brasil. Os valores de créditos não reconhecidos estão sendo demonstrados na nota 8.2.2.

3.5. Estimativas de ressarcimentos

A constituição da estimativa de ressarcimento futuro é o valor apurado do ressarcimento que virá a ocorrer dos sinistros que já foram pagos, porém ainda não tiveram os ressarcimentos avisados. A metodologia estuda o comportamento histórico dos recebimentos dos ressarcimentos dos sinistros pagos, atualmente utilizamos um triângulo de desenvolvimento com 36 meses de observação. O estudo será avaliado com frequência mínima mensal e máxima anual, conforme descrito em nota técnica atuarial - NTA própria.

4. Gerenciamento de risco

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Resolução CNSP nº 416/2021. A norma exige a implantação de estruturas de gestão de riscos e sistemas de controles, seguindo critérios mínimos específicos como designação de diretor estatutário responsável pelos controles internos. (*Chief Risk Officer*), responsável por desempenhar funções de caráter de monitoramento e controle (2ª linha).

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e reportados de modo unificado à Diretoria de Riscos e *Compliance* da CNP Seguradora foi criada em atendimento a exigências regulatórias e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco, avaliando e monitorando as exposições de risco da Companhia. As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e *Compliance* são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Assegurar a implementação de todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia; e
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Riscos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Ainda, com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e *Compliance* junto à estrutura de Governança opera regularmente comitês, sendo eles, os Comitês *Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas políticas e normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e a integridade, à prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento de relatos pelo Canal de Denúncia, estes são analisados e tratados pela Diretoria de *Compliance* e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados e as devidas ações tomadas.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se:

(i) o fortalecimento da gestão de riscos; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, entre outros.

A Companhia também possui processos e normativos internos relacionados à temas de *Compliance*, Risco Operacional e Controles Internos, Riscos Técnicos e Financeiros e Segurança da Informação.

4.1. Risco de mercado

4.1.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma Companhia. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

4.1.2. Análise de sensibilidade das taxas de juros

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 *base points* na curva de juros. Este cenário contempla variações da curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Fundos	7.761	-
Curva de deságio de LFT	8.345	(806.554)
Curva de Juros Pré	337.191	(867.012)
Cupom de índice de preços	149.137	-
Total	502.434	(1.673.566)

4.1.3. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimento da Companhia dos títulos classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	Taxa de juros contratada	
	31/12/2024	31/12/2023
Letras do Tesouro Nacional	-	-
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	-
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-
Letras financeiras do tesouro nacional	-	-
4.1.4. Controle de risco de mercado	-	-
Pré de 10,759% a 12,284%	-	-
Pré 10,124034% a 11,01%	-	-
IPCA + 6,339%	-	-
Pós 0,035236%	-	-

4.1.4. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando um determinado intervalo de 99% de confiança. Para determinar os fatores que compõem a matriz de fatores, foram utilizadas a metodologia *Value-at-Risk* (VaR) paramétrico, proposto pelo JPMorgan através do *Riskmetric*, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para o Grupo. As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a recebíveis; e vi) emissor dos títulos e valores mobiliários.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, sendo *Fitch Ratings* e *Standard & Poor's*, *Moody's*. É utilizado o menor *rating* disponível entre essas três agências.

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

		31/12/2024		31/12/2023	
Composição dos ativos financeiros		A++	A+	A	A-
Vlor justo por meio do resultado - VJR	-	-	-	-	74.810
Fundos não exclusivos	-	-	-	-	74.810
Outros resultados abrangentes - VJORA	-	-	-	-	208.733
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	70.421
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	98.244
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	40.068
Créditos das operações com seguros	-	-	-	-	24.765
Ativos de resseguros	16.557	1.692	84	97	-
Exposição máxima ao risco de crédito	16.557	1.692	84	24.862	283.543
31/12/2024	31/12/2023	Total	Total	Total	Total
-	-	74.810	74.810	99.290	99.290
-	-	74.810	74.810	99.290	99.290
-	-	208.733	208.733	207.783	207.783
-	-	70.421	70.421	50.397	50.397
-	-	98.244	98.244	-	-
-	-	40.068	40.068	157.386	157.386
-	-	24.765	24.765	48.731	48.731
-	-	97	97	18.430	18.430
-	-	24.862	24.862	350.704	350.704
-	-	283.543	283.543	336.254	336.254

4.3. Risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Riscos e Controles Internos o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais.

Como atribuição voltada à gestão dos riscos operacionais, a Gerência de Riscos e Controles Internos deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
 - Propor e/ou consolidar as políticas de riscos, políticas de controles internos e política de perdas operacionais, de governança de riscos e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
 - Propor, junto à Gerência de *Compliance*, as políticas de conformidade, fraude e prevenção à lavagem de dinheiro;
 - Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
 - Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
 - Orientar e apoiar os gerentes na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
 - Dissiminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.
- Os gerentes responsáveis por cada área, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
 - Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
 - Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos; e
 - Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.
- Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. A Diretoria Executiva define políticas que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente junto aos profissionais de *front office*.

4.4. Riscos de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. No caso da Companhia, embora os ativos garantidores estejam próximo aos passivos, o risco de liquidez pode ser considerado baixo dado que houve aporte de capital em janeiro de 2024, deixando os ativos garantidores superiores aos passivos.

A Companhia apresenta, na referida data, um capital circulante líquido negativo, decorrente de um ativo circulante de R\$ 265.338 e um passivo circulante de R\$ 356.742, indicando que as obrigações de curto prazo superam os ativos disponíveis no mesmo período. Apesar desse descasamento do capital circulante líquido negativo, a Companhia possui R\$ 180.610 de ativos financeiros VJORA com vencimento superior a 1 ano, porém com liquidez imediata, podendo ser usado para cobrir o capital circulante líquido em caso de necessidade.

		31/12/2024		31/12/2023	
Até 1 ano	Mais de 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Valor justo por meio do resultado - VJR (i)	74.810	-	-	74.810	99.290
Outros resultados abrangentes - VJORA (i)	28.123	180.610	-	208.733	207.783
Prêmios a receber de segurados	23.300	666	-	23.966	13.481
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	101.099	33.034	-	134.134	73.385
Ativos de resseguro	18.430	-	-	18.430	2.459
Equivalente de caixa	6.073	-	-	6.073	4.401
Total dos ativos financeiros (i)	251.835	214.310	-	466.146	400.799
Provisões técnicas de seguros (ii) (iii)	93.804	84.719	8.050	186.573	170.756
Passivos financeiros	182.148	5.814	-	187.962	187.676
Total dos passivos financeiros e passivos de seguros	275.952	90.533	-	8.050	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

continuação

Resseguro em todos os aspectos.

O quadro a seguir apresenta os contratos de resseguro vigentes em dezembro/2024, cujo rating foi obtido por meio da agência AMBEST:

Carteiras	Ressegurador	Participação	Ressegurador	Rating	Condição
Empresarial, residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	25%	A++	LOCAL	
	Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	20%	A	EVENTUAL	
	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	A+	LOCAL	
Vida em grupo, Vida individual, Bilhete AP, Prestamista	Hannover Rück SE	45%	A+	ADMITIDO	
	Austral Resseguradora do Brasil S/A	30%	A-	LOCAL	
Crédito interno (Imobiliário, Auto, Moto, Veículos pesados)	IRB Brasil Resseguros S/A	25%	A++	LOCAL	
	IRLB Brasil Resseguros S/A	100%	A++	LOCAL	

4.5.3. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.5.4. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas, em 31 de dezembro de 2024, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

Sensibilidade	31/12/2024		31/12/2023	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Taxa +1% (i)	(0,47%)	(0,47%)	(0,34%)	(0,34%)
Taxa -1% (i)	0,47%	0,47%	0,34%	0,34%
Mortalidade/Sinistralidade +5% (ii)	14,82%	12,87%	7,37%	7,30%
Mortalidade/Sinistralidade -5% (ii)	(14,82%)	(12,87%)	(7,37%)	(7,30%)
Inflação +1% (iii)	0,11%	0,11%	0,00%	0,00%
Inflação -1% (iii)	(0,11%)	(0,11%)	0,00%	0,00%

i) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de duração e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;

ii) Para o teste de sensibilidade da mortalidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscamos uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:

IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações - 1.

iii) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o agrupamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.

4.6. Desenvolvimento de sinistro

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

a) Sinistros brutos de resseguro

Conciliação	31/12/2024	31/12/2023
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	129.475	111.717
PSL Retrocessão	-	166
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	(13.646)	(10.268)
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	115.829	101.615

(a.1) Sinistros administrativos

Data de Aviso	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	57.613	69.216	96.500	115.586	122.575	97.458	101.781	111.789	98.565	113.309	-
1 ano depois	56.712	67.487	93.694	123.525	137.341	118.996	107.885	117.206	101.937	-	-
2 anos depois	56.573	66.207	100.296	137.813	147.007	135.479	116.102	131.852	-	-	-
3 anos depois	56.580	66.332	104.104	141.328	151.098	142.392	119.784	-	-	-	-
4 anos depois	56.543	66.444	105.066	143.381	152.219	145.124	-	-	-	-	-
5 anos depois	56.543	66.451	105.347	144.217	151.915	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	56.543	66.451	105.418	144.282	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	56.543	66.451	105.444	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	56.543	66.435	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	56.543	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	56.543	66.435	105.444	144.282	151.915	145.124	119.784	131.852	101.937	113.309	1.136.624
Pagamentos acumulados até a data-base	56.543	66.435	105.440	144.140	151.704	144.207	118.641	128.922	97.287	82.600	1.095.919
Passivo reconhecido no balanço	-	-	4	142	211	917	1.142	2.930	4.650	30.709	40.705
PSL de Nota Técnica/IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.394
Total do passivo incluso no balanço	-	-	4	142	211	917	1.142	2.930	4.650	30.709	101.098

(a.2) Sinistros judiciais

Data de Aviso	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	1.186	1.732	852	1.196	979	725	2.264	5.400	6.162	2.252	-
1 ano depois	2.853	3.012	3.116	2.394	1.913	2.188	3.413	7.967	8.527	-	-
2 anos depois	3.893	5.107	3.460	3.418	3.969	3.557	4.526	10.110	-	-	-
3 anos depois	4.564	3.986	5.139	5.373	4.995	5.554	5.443	-	-	-	-
4 anos depois	3.845	4.503	5.342	6.069	5.329	6.720	-	-	-	-	-
5 anos depois	3.900	6.683	5.617	6.423	6.638	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	4.001	6.287	5.346	7.384	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	3.907	6.246	5.444	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	4.090	6.189	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	4.193	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	4.193	6.189	5.444	7.384	6.638	6.720	5.443	10.110	8.527	2.252	62.899
Pagamentos acumulados até a data-base	3.750	5.793	4.065	4.635	4.750	4.728	2.928	5.394	2.166	309	38.518
Passivo reconhecido no balanço	443	396	1.379	2.749	1.888	1.992	2.515	4.715	6.361	1.943	24.382
PSL de Nota Técnica/IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504
Total do passivo incluso no balanço	-	-	1.379	2.749	1.888	1.992	2.515	4.715	6.361	1.943	28.377

b) Sinistros líquidos de resseguro

Conciliação	31/12/2024	31/12/2023
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	123.014	111.716
PSL de resseguro referente a contratos na modalidade não proporcional	6.461	(255)
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	(13.646)	-
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	115.829	111.460

(b.1) Sinistros administrativos

Data de Aviso	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	56.770	68.693	95.503	115.586	121.831	97.455	101.622	111.789	98.565	108.082	-
1 ano depois	55.832	66.059	92.695	122.278	136.545	118.600	107.747	116.981	101.425	-	-
2 anos depois	55.692	64.779	99.209	136.638	146.156	135.097	115.696	131.226	-	-	-
3 anos depois	55.700	64.904	103.106	140.323	149.009	142.083	119.361	-	-	-	-
4 anos depois	55.662	65.016	102.535	142.240	150.132	144.747	-	-	-	-	-
5 anos depois	55.662	65.023	102.816	143.076	149.859	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	55.662	65.023	102.887	143.128	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	55.662	65.023	102.913	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	55.662	65.007	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	55.662	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	55.662	65.007	102.913	143.128	149.859	144.747	119.361	131.226	101.425	108.082	1.121.411
Pagamentos acumulados até a data-base	55.662	65.007	102.910	142.999	149.648	144.059	118.298	128.698	97.287	82.600	1.087.166
Passivo reconhecido no balanço	-	-	4	130	211	688	1.063	2.528	4.139	25.482	34.244
PSL de Nota Técnica/IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.394
Total do passivo incluso no balanço	-	-	4	130	211	688	1.063	2.528	4.139	25.482	94.637

(b.2) Sinistros judiciais

Data de Aviso	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	1.038	1.732	852	1.196	979	725	2.264	5.400	6.162	2.252	-
1 ano depois	2.816	3.012	3.116	2.394	1.913	2.188	3.413	7.967	8.527	-	-
2 anos depois	3.787	5.107	3.366	3.418	3.969	3.557	4.526	10.110	-	-	-
3 anos depois	4.564	3.986	5.015	5.373	4.995	5.554	5.443	-	-	-	-
4 anos depois	3.735	4.503	5.249	6.069	5.329	6.720	-	-	-	-	-
5 anos depois	3.789	6.683	5.617	6.423	6.638	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	3.890	5.787	5.346	7.384	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	3.797	5.746	5.444	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	3.979	5.689	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	4.082	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	4.082	5.689	5.444	7.384	6.638	6.720	5.443	10.110	8.527	2.252	62.289
Pagamentos acumulados até a data-base	3.639	5.293	4.065	4.635	4.750	4.728	2.928	5.394	2.166	309	37.907
Passivo reconhecido no balanço	443	396	1.379	2.749	1.888	1.992	2.515	4.715	6.361	1.943	24.382
Passivos em relação a anos anteriores a 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.491
Ajuste Atuarial de PSL (IBNER)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504
Total do passivo incluso no balanço	-	-	1.379	2.749	1.888	1.992	2.515	4.715	6.361	1.943	28.377

5. Discriminação das provisões de sinistros judiciais

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:	31/12/2024	31/12/2023
Total de ações judiciais pagas no período e que se encontravam provisionadas	8.500	7.862
Total provisionado de ações judiciais pagas no período	5.860	4.380
Total da provisão revertida dos processos encerrados sem pagamento no período	2.481	2.869
Total de ações judiciais pagas no período e não provisionadas no exercício anterior	5.289	961

6. Aplicações financeiras

6.1. Resumo da classificação das aplicações

Valor Justo por meio do resultado - VJR	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024	
	Valor Justo (I)	Valor do Custo Atualizado	Valor do Custo Mercado (I)	Valor do Custo Atualizado	Sem vencimento	Até 01 ano e 05 anos
Fundos de investimento	74.810	74.810	99.290	99.290	74.810	26,38%
Outros resultados abrangentes - VJORA	208.733	213.122	207.783	206.276	28.123	73,62%
Letras financeiras do tesouro	70.421	70.423	50.397	50.398	-	24,84%
Letras do tesouro nacional	98.244	100.983	-	-	28.123	34,65%
Notas do						

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

continuação

12. Contas a pagar			
12.1 Obrigações a pagar			
A composição em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:			
	31/12/2024	31/12/2023	
Fornecedores (ii)	512	84.717	
Honorários e remunerações a pagar	34	-	
Resseguradores	5	-	
Obrigações a pagar - Caixa Seguradora S.A. (i)	-	38.266	
Participação nos lucros e bônus	23.745	8.882	
Serviços de terceiros	1.812	448	
Outras obrigações a pagar	24.995	10	
Total	51.103	132.323	

(i) Saldo composto substancialmente pelo contrato de Cost Sharing, que se trata de cobrança de prestação de serviço entre empresas do grupo.
(ii) Em 2023 a Companhia registrou saldo a pagar em cerca de R\$ 79 milhões com os Correios, que foi liquidado durante o primeiro semestre de 2024. O saldo residual da rubrica refere-se a despesas administrativas e operacionais a pagar.

12.2. Despesas de serviços de terceiros			
A composição em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:			
	31/12/2024	31/12/2023	
Serviços de terceiros - operacional	10.935	2.430	
Serviços de terceiros - administrativo	48.268	10.824	
Auditoria externa	57	737	
Banco de horas (RH)	1.863	179	
Fornecedor de assistência	1.707	2.339	
Despesa de comercialização	121	2.266	
Outras obrigações a pagar	32	76	
Total	62.983	18.851	

13. Depósitos de terceiros						
	31/12/2024			31/12/2023		
	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	379	2.200	2.579	420	1.366	1.786
De 31 a 60 dias	213	2.678	2.891	932	336	1.268
De 61 a 120 dias	474	207	681	842	1.168	2.009
De 121 a 180 dias	681	1.461	2.142	741	259	1.000
De 181 a 365 dias	34	3.465	3.499	2.416	55	2.471
Acima de 365 dias	2.351	2.722	5.073	43	953	996
Total	4.132	12.733	16.865	5.394	4.136	9.530

14. Ramos de atuação						
Os principais ramos de atuação da Companhia são:						
Ramos	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade(%)	Índice de comissionamento	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade(%)	Índice de comissionamento
Vida individual	4.593	86,83%	86,83%	10.188	66,18%	23,13%
Prestamista	73.059	15,53%	36,98%	63.221	18,36%	38,71%
Vida em grupo	9.739	124,49%	57,68%	16.614	108,81%	31,62%
Acidentes pessoais coletivos	14.192	120,86%	88,85%	34.639	50,80%	31,78%
Compreensivo residencial	2.973	33,53%	46,40%	2.292	23,77%	52,55%
Crédito interno	166.819	59,49%	8,61%	134.848	41,54%	13,63%
Compreensivo empresarial	585	4,37%	34,61%	468	165,83%	27,05%
Demais ramos	5.723	85,17%	34,18%	2.358	85,54%	28,31%
Total	277.683	53,93%	24,18%	264.628	42,85%	23,98%

15. Impostos e contribuições						
15.1 Imposto de renda e contribuição social						
	31/12/2024		31/12/2023			
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social		
Resultado antes dos tributos e após participações	(54.145)	(89.363)	(54.145)	(89.363)		
Base de cálculo	(54.145)	(89.363)	(54.145)	(89.363)		
Taxa nominal do tributo	25,00%	15,00%	25,00%	15,00%		
Tributos calculado a taxa nominal	13.536	8.122	22.341	13.404		
Ajustes do lucro real	52.901	52.463	40.110	40.110		
Aproveitamento - Prejuízo fiscal	1.244	1.692	49.253	49.253		
Total dos ajustes a base de cálculo	54.145	54.145	89.363	89.363		
Tributos sobre os ajustes	(13.536)	(8.122)	(22.341)	(13.404)		
Taxa efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		

16. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais						
16.1. Composição						
	Depósitos judiciais		Provisões judiciais			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Contingências cíveis	1.026	2.016	13.851	14.930		
Contingências trabalhistas	264	284	81	210		
Contingências fiscais	-	-	48	3.875		
Outras Obrigações (i)	-	-	160	169		
Total	1.290	2.300	14.140	19.184		

(i) Referente a multas aplicadas pela SUSEP. Trata-se de um processo na esfera administrativa, não judicial. Por este motivo, está contabilizado, porém o valor ainda não é considerado na probabilidade de perda judicial (NE 16.2).

a. Provisões judiciais cíveis e trabalhistas
As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) pagamento parcial da importância segurada; (iv) devolução de prêmio; (v) devolução de prêmio em razão de desconto indevido; e (vi) multas decorrentes de processos administrativos perante a SUSEP. As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião de rescisão contratual de ex-funcionários e processos movidos por terceiro com pedido de responsabilidade subsidiária da Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul.

b. Obrigações fiscais
As discussões judiciais envolvendo obrigações legais ativas não estão sendo provisionadas neste momento, em razão de critérios contábeis, e referem-se basicamente a discussões de: (i) ação de inexigibilidade das contribuições previdenciárias sobre as verbas pagas aos empregados segurados referentes a primeira quinzena de afastamento por motivo de doença ou acidente; férias, abono pecuniário, tempo constitucional de férias e décimo terceiro salário; salário maternidade e horas extras, descanso semanal remunerado, adicional de insalubridade e adicional noturno; A Companhia é alvo de Ação Rescisória nº 5.306/RJ, a ação ordinária em referência foi ajuizada com o objetivo de discutir a incidência do ICMS sobre o produto da alienação de salvados de sinistros pelas Companhias Seguradoras. As Seguradoras obtiveram decisão favorável no julgamento do Recurso Especial nº 72.204 que determinou a não incidência do ICMS no caso em exame, nos exatos termos em que pleiteados na inicial. Contudo, o acórdão definiu a ressalva de que somente os bens salvados de sinistros imprestáveis ao uso estariam fora do campo de incidência do ICMS. Já houve o êxito final e atualmente há provisionado o valor de R\$ 14 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2023), com risco de perda provável. Referida quantia corresponde a multa processual aplicada no curso da ação rescisória. A rescisória transitou em julgado, restando apenas o pagamento da multa no valor de R\$ 13 a ser pago em momento oportuno - execução da Fazenda. Os advogados da Companhia julgaram como probabilidade de perda provável a multa e em razão disso, foi constituída provisão para o referido processo judicial.

c. Ação judicial envolvendo COFINS
A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, em 01/12/2008, que reconheceu a manutenção da isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, prevista na Lei Complementar nº 70/91, art. 11, parágrafo único. A União ingressou com ação rescisória, em 30/11/2010, contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pleiteando a anulação da decisão citada. Essa rescisória foi julgada improcedente pelo STJ, e tal decisão transitou em julgado em 08/04/2022, mantendo-se assim, a decisão favorável à Companhia, o que a leva ao não reconhecimento ou provisionamento, mesmo baseado na Lei 9.718/98, da referida contribuição. Durante o período de discussão judicial sobre a isenção da COFINS, a Companhia sofreu alguns autos de infração e, com o encerramento da ação de forma favorável, requereu a baixa deles, com casos atendidos e outros em andamento. A probabilidade de perda de tais autos de infração é considerada remota, apoiada em parecer do escritório externo que patrocinou as ações anulatória e rescisória. Diante da decisão favorável, transitada em julgado, a companhia não reconhece e não provisiona a COFINS com base na Lei nº 9.718/98.

Valores em nota explicativa consideram: i) os valores atualizados dos autos de infração ainda não baixados até a data de aprovação da Demonstração Financeira; e ii) relativa incerteza do impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") ocorrida em 08 de fevereiro de 2023, sobre a coisa julgada em matéria tributária, e de eventuais efeitos da repercussão geral do processo recurso extraordinário 400.479, com trânsito em julgado em 10 de outubro de 2023, que discutiu a Lei 9.718/98; e iii) os últimos 5 anos, considerando multa e juros. Em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 87 e 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 86. Quanto à questão sinalizada no item (ii), a probabilidade de perda é considerada remota pelo patrono da ação que discutiu a isenção e a ação rescisória, e de perda possível, com viés favorável, por um segundo escritório tributarista..

16.2. Segregação em função da probabilidade de perda					
	31/12/2024				Total
	Quantidade	Remota	Possível	Provável	
Cíveis	3.921	12.509	14.963	13.851	41.323
Trabalhistas	17	5.540	398	81	6.019
Natureza fiscal - Contingências	4	21.320	70.703	-	92.023
	3.942	39.369	86.064	13.932	139.365

16.3. Movimentação das ações					
A movimentação das contingências relevantes pode ser resumida como segue:					
	31/12/2024				Total
	Saldo	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações e juros
Contingências cíveis	14.930	17.442	(8.660)	(11.954)	293
Contingências trabalhistas	210	-	-	(129)	-
Contingências fiscais	3.875	-	(4.467)	-	640
Outras obrigações	169	-	-	(23)	14
Total	19.184	17.442	(11.327)	(12.106)	947

17. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos					
Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:					
17.1. Abertura por ramo					
	31/12/2024				Total
Ramos	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR
Crédito interno	30.978	34.834	44.128	16.129	126.069
Vida em grupo	57	7.592	6.611	-	823
Acidentes pessoais coletivos	392	18.687	4.050	-	1.973
Prestamista	3.038	6.039	4.453	3.123	312
Compreensivo residencial	1.225	181	89	-	30
Compreensivo empresarial	415	52	17	-	7
Demais ramos	1.723	5.049	1.882	-	363
Total	6.850	68.578	51.936	47.251	19.637

17.2. Movimentação					
	31/12/2024				Total
	Saldo	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações e juros
Contingências cíveis	8.324	7.420	(858)	(4.160)	4.204
Contingências trabalhistas	185	72	(47)	-	210
Natureza fiscal - contingências	-	3.840	-	-	35
Outras obrigações	354	-	1	(203)	17
Total	8.863	11.332	(904)	(4.363)	4.256

17.3. Operações com resseguradoras e ativos de resseguro						
a) Ativo						
	31/12/2024	31/12/2023				
Sinistros pagos a recuperar	-	-				
Operações com resseguradoras	24.765	13.241				
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	24.765	13.241				
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	6.461	255				
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	1.044	856				
Comissão diferida - prêmios resseguros	13.523	1.348				
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	(2.598)	-				
Total	18.430	2.459				

b) Passivo						
Operações com resseguradoras						
	31/12/2024	31/12/2023				
Prêmios cedidos	20.177	1.149				
Comissões a recuperar	(3.918)	-				
Ressarcimentos	-	2.491				
Total	16.259	3.640				

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos						
Grupo de ramos						
	Prêmio emitido líquido (i)	Resseguro cedido	% Retenção			
Patrimonial	7.265	1.209	83,36%			
Pessoas	102.190	883	99,14%			
Crédito interno	166.819	26.791	83,94%			
Demais	242	-	100,00%			
Total	276.516	28.883	89,55%			

Grupo de ramos						
	Prêmio emitido líquido (i)	Resseguro cedido	% Retenção			
Patrimonial	4.282	1.188	72,25%			
Pessoas	123.762	935	99,24%			
Crédito interno	134.848	2.502	98,14%			
Demais	207	-	100,00%			
Total	263.099	4.625	98,24%			

(i) Não inclui RVNE no valor de R\$ 388 (R\$ 2.470 em 31 de dezembro de 2023).

17.4. Garantia das provisões técnicas						
Provisões técnicas						
	31/12/2024	31/12/2023				
Total das exclusões	194.252	172.439				
Provisões técnicas - Resseguro	7.679	1.683				
Depósitos judiciais	7.505	1.112				
Total a ser coberto	186.573	170.756				

18. Corretores de seguros e resseguros						
Apresentamos a seguir informações referentes às operações com corretores de seguros e resseguros:						
	31/12/2024	31/12/2023				
Comissões a pagar de seguros	3.387	582				
Comissões e juros sobre prêmios	5.927	12.061				
Ajuste ao valor de realização de comissão sobre prêmios	(1.424)	(7.678)				
Total	7.890	4.965				

19. Débitos diversos						
	31/12/2024	31/12/2023				
Passivo de arrendamento	8.430	6.045				
Multa PROCON	484	-				
Total	8.914	6.045				

19.1. Passivo de arrendamento
Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

Saldo em 01 de janeiro de 2024						
	31/12/2024	31/12/2023				
Apropriação de juros transcorridos	-	700				
Constituições/reavaliações de contratos	6.134	(799)				
Pagamentos	(3.650)	-				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.690	(1.260)				
Circulante	(3.813)	713				
Não circulante	(5.878)	(5.330)				

Saldo em 01 de janeiro de 2023						
	31/12/2024	31/12/2023				
Apropriação de juros transcorridos	-	314				
Constituições/reavaliações de contratos	7.705	(1.372)				
Pagamentos	(1.761)	-				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.206	(1.161)				
Circulante	2.537	(495)				
Não circulante	4.669					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

★ continuação

d) Despesas administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(30.717)	(47.003)
Serviços de terceiros	(26.400)	(30.245)
Localização	(4.384)	(13.411)
Publicidade e propaganda	(1.421)	(3.330)
Donativos e contribuições	(236)	(64)
Direito de uso - arrendamento	(3.044)	(1.612)
Publicações	(73)	(74)
Outras despesas administrativas	(123)	(1.167)
Total	(66.398)	(96.906)
e) Despesas com tributos	31/12/2024	31/12/2023
IPTU e ISS	(3)	(46)
PIS	(1.104)	(1.268)
Taxa de fiscalização	(1.978)	(1.120)
Tributos federais	(102)	(676)
Outras despesas com tributos	(381)	(311)
Total	(3.568)	(3.421)
f) Resultado financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Resultado com títulos de renda variável	-	7
Resultado com títulos de renda fixa	27.119	15.709
Resultado com fundos de investimentos	4.368	5.937
Receitas financeiras com operações de seguros	179	161
Receitas com depósitos judiciais e fiscais	(72)	126
Outras receitas financeiras	1.669	-
Total	33.263	21.940
Despesas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras com operações de seguros	(1.803)	(3.304)
Juros e atualizações - contingências civis	(293)	(4.204)
Juros de arrendamento	(700)	(314)
Juros e atualizações - restituições CAIXA	(276)	(1)
Resultado com títulos de renda fixa	(174)	-
Outras despesas financeiras	(431)	(104)
Total	(3.677)	(7.927)
g) Receitas/despesas patrimoniais	31/12/2024	31/12/2023
Receita de aluguel com imóveis de renda	46	59
Outros investimentos	-	(72)
Total	46	(13)
h) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	31/12/2024	31/12/2023
Redução ao valor recuperável (i)	-	17
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	-	(4)
Resultado na alienação de bens do ativo intangível	(2.138)	-
Provisão custo projeto OPIN	(1.271)	-
Crédito Habilitado PAT	2.897	-
Outras receitas/despesas	117	15
Total	(395)	28

25. Partes relacionadas				
A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia CNP Participações em Seguros Ltda. (Controladora direta), CNP Assurances (Controladora indireta), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Participações em Seguros Ltda.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.). As demais empresas identificadas são Controladas e Coligadas de sua Controladora direta ou indireta, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas.				
	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa Seguradora S.A. (ii)	-	-	120	(38.266)
CNP Capitalização S.A. (ii) (iii)	11.495	(2.425)	174	(7)
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. (ii)	9.909	-	65	-
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (ii)	3.525	(637)	115	-
CNP Assurances Latam Holding Ltda. (ii)(iv)	6.927	-	5.018	-
Caixa Vida e Previdência S.A. (i)	-	(3.878)	-	(3.878)
Caixa Econômica Federal (vii)	432	-	343	-
Wiz BPO Serviços de Teletendimento Ltda. (x)	-	-	-	(25)
Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda. (ix)	-	(1.206)	-	(1.192)
Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (viii)	272	-	-	-
Total	32.560	(8.146)	5.835	(43.368)
	31/12/2024		31/12/2023	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Caixa Seguradora S.A. (ii) (iv)	4.394	(493)	381	(38.265)
CNP Capitalização S.A. (ii) (iii) (iv)	82.444	(2.605)	1.336	(94)
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. (ii) (iv)	71.896	(7)	22	-
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (iv)	3	-	4	-
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (ii) (iv) (v)	18.352	(444)	22	(121)
CNP Assurances Latam Holding Ltda. (ii) (iv)	22.665	-	5.018	-
CNP Seguros Holding Brasil (iv)	-	-	1	-
Caixa Vida e Previdência S.A. (v)	-	(4.369)	-	(2.279)
Wiz BPO Serviços de Teletendimento Ltda. (x)	-	(3.968)	-	(3.977)
Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda. (ix)	-	(13.705)	-	(15.720)
Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (viii)	-	(174)	-	-
Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal chave da Administração	-	(3.861)	-	(11.668)
Total	199.754	(25.765)	6.784	(72.124)
	31/12/2024		31/12/2023	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Caixa Seguradora S.A. (ii) (iv)	4.394	(493)	381	(38.265)
CNP Capitalização S.A. (ii) (iii) (iv)	82.444	(2.605)	1.336	(94)
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. (ii) (iv)	71.896	(7)	22	-
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (iv)	3	-	4	-
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (ii) (iv) (v)	18.352	(444)	22	(121)
CNP Assurances Latam Holding Ltda. (ii) (iv)	22.665	-	5.018	-
CNP Seguros Holding Brasil (iv)	-	-	1	-
Caixa Vida e Previdência S.A. (v)	-	(4.369)	-	(2.279)
Wiz BPO Serviços de Teletendimento Ltda. (x)	-	(3.968)	-	(3.977)
Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda. (ix)	-	(13.705)	-	(15.720)
Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (viii)	-	(174)	-	-
Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal chave da Administração	-	(3.861)	-	(11.668)
Total	199.754	(25.765)	6.784	(72.124)
	31/12/2024		31/12/2023	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Caixa Seguradora S.A. (ii) (iv)	4.394	(493)	381	(38.265)
CNP Capitalização S.A. (ii) (iii) (iv)	82.444	(2.605)	1.336	(94)
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. (ii) (iv)	71.896	(7)	22	-
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (iv)	3	-	4	-
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (ii) (iv) (v)	18.352	(444)	22	(121)
CNP Assurances Latam Holding Ltda. (ii) (iv)	22.665	-	5.018	-
CNP Seguros Holding Brasil (iv)	-	-	1	-
Caixa Vida e Previdência S.A. (v)	-	(4.369)	-	(2.279)
Wiz BPO Serviços de Teletendimento Ltda. (x)	-	(3.968)	-	(3.977)
Wiz Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda. (ix)	-	(13.705)	-	(15.720)
Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (viii)	-	(174)	-	-
Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal chave da Administração	-	(3.861)	-	(11.668)
Total	199.754	(25.765)	6.784	(72.124)
	26. Eventos subsequentes			
Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados eventos subsequentes que exijam ajustes ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul.				

Diretoria Executiva

Fabiola Cerchiaro Bierrenbach Diretora de Riscos e Controles Internos	François Dominique Philippe Tritz Diretor Presidente	Deborah Uema Oliveira Diretora	Marcelo Suman Mascaretti Diretor
---	--	--	--

Contadora

Luciene Rocha Batista CRC SP-265373/O-7 SP
--

Atuário

Gabriel Porto Montenegro Henriques Atuário MIBA nº 2978

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário, instalado na CNP Participações em Seguros Ltda. e com atuação sobre as suas controladas, Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul e CNP Capitalização S.A., reportando-se diretamente à Reunião de Sócios da Sociedade. É constituído provisoriamente por 02 (dois) membros (até que o terceiro seja devidamente indicado) eleitos pela Reunião de Sócios, para um mandato de 5 (cinco) anos.

Principais Atividades

O Comitê realizou reuniões com a participação de executivos das empresas da CNP Seguradora, dos representantes das empresas de auditoria independente (contábil e atuarial) e das áreas de auditoria interna, riscos, controles internos e compliance, jurídico e governança corporativa, ouvidoria, regulatório e financeiro. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo COAUD e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

O Comitê acompanhou os procedimentos de preparação e revisou as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório da administração, assim como o relatório dos auditores independentes, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024, das duas empresas.

Conclusões

Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;
- Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG e PWC indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;
- Considerou os relatórios e as informações fornecidas pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativas da efetividade dos seus trabalhos;
- Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio;
- Constatou que as práticas contábeis utilizadas pelas empresas na elaboração das Demonstrações Financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais de contabilidade, a legislação societária brasileira e as demais normas aplicáveis; e,
- Constatou que as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2024 foram elaborados em conformidade a legislação societária brasileira e as demais normas aplicáveis.

Considerando tudo o exposto, o Comitê de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Roberto Westenberg
Coordenador Interino do Comitê de Auditoria

Manuel Luiz da Silva Araújo
Membro do Comitê de Auditoria

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

PricewaterhouseCoopers S.A. Assessoria Profissional Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalberto Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Seguros Previdência do Sul
Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

PricewaterhouseCoopers S.A. Assessoria Profissional Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalberto Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Seguros Previdência do Sul
São Paulo - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das Provisões técnicas de seguros - (PSL, PDR, IBNR e IBNeR) e teste de adequação de passivos

Principal assunto de auditoria

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.9.1 e 17, a Companhia mantem provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Para mensurar o teste de adequação de passivos, a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de despesas relacionadas (PDR), a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas chave relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

(i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos.

(ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram:

- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (PDR, IBNR e IBNeR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia;
- na determinação, de estimativa independente das provisões técnicas (PDR, IBNR e IBNeR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas;
- na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados;
- testes de integridade e precisão das bases de dados que contêm as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, por meio do confronto com as bases analíticas suportadas aos registros contábeis;
- (iii) testes com base em amostragem, de existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores de sinistros, ramos de seguros, datas de aviso, datas de pagamento e datas de ocorrência dos sinistros, período de vigência do risco, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportadas incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e
- (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Avaliação de risco de perda e mensuração dos passivos contingentes fiscais

Principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 16.1.b das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui decisão favorável que reconhece a isenção do recolhimento da COFINS, que foi obtida por meio do mandato de segurança transitado em julgado em 1/12/2008. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF de 8/2/2023, a Corte considerou que uma decisão definitiva favorável ao contribuinte obtida em processo judicial afastando a incidência tributária, pode ser sobreposta por eventual decisão posterior contrária pelo STF, julgado sobre a mesma matéria. Desta forma, há um risco de reabertura da discussão sobre o trânsito em julgado obtido em mandato de segurança que garantia a isenção da Cofins à Companhia. Devido a relevância do valor em risco e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

(i) confirmação com o assessor jurídico externo acerca do prognóstico da probabilidade de perda, bem como, do valor em risco;

(ii) análise das opiniões legais, bem como das atualizações jurisprudenciais ocorridas no período, efetuadas pelos escritórios de advocacia especializados, para corroborar a posição da Companhia;

(iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinar: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria